



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
SOCIAIS E AGRÁRIAS CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**LAYNNE MAYARA LIRA DE SOUSA PEREIRA DA SILVA**

**MARISTELA MUNIZ**

**Inclusão Escolar e o Transtorno do Espectro Autista: desafios à prática docente para o  
desenvolvimento e interação social das crianças com TEA**

**BANANEIRAS  
2025**

**LAYNNE MAYARA LIRA DE SOUSA PEREIRA DA SILVA**  
**MARISTELA MUNIZ**

**Inclusão Escolar e o Transtorno do Espectro Autista: desafios à prática docente para o desenvolvimento e interação social das crianças com TEA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Pedagogia, como um dos requisitos exigidos para obtenção do título de Pedagoga.

Orientação: Profa. Dra. Fabrícia Sousa Montenegro


BANANEIRAS  
2025

**LAYNNE MAYARA LIRA DE SOUSA PEREIRA DA SILVA  
MARISTELA MUNIZ**


**Inclusão Escolar e o Transtorno do Espectro Autista: desafios à prática docente para o  
desenvolvimento e interação social das crianças com TEA**

**Datadadefesa: 13/05/2025**

**BANCA EXAMINADORA**


Documento assinado digitalmente  
 **FABRICIA SOUSA MONTENEGRO**  
Data: 12/10/2025 19:13:10-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Fabrícia Sousa Montenegro**  
**Orientadora**

Documento assinado digitalmente  
 **MARIA DA CONCEICAO FARIAS DA SILVA GURGE**  
Data: 13/10/2025 20:55:18-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Maria da Conceição Farias da Silva Gurgel Dutra**

**Examinadora**

Documento assinado digitalmente  
 **HELEN HALINNE RODRIGUES DE LUCENA**  
Data: 13/10/2025 21:02:40-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profa. Dra. Helen Halinne Rodrigues de Lucena**  
**Examinadora**

**Bananeiras  
2025**

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

Ficha Catalográfica elaborada na Seção de Processos Técnicos

Biblioteca Setorial de Bananeiras - UFPB/CCHSA

Bibliotecária-Documentalista: Bruna Moraes CRB 15/813

S586i Silva, Layne Mayara Lira de Souza Pereira da

Inclusão escolar e o Transtorno do Espectro Autista: desafios à prática docente para o desenvolvimento e interação das crianças com TEA / Layne Mayara Lira de Souza Pereira da Silva, Maristela Muniz. – Bananeiras: [s.n], 2025.

29.; il.

Orientador: Fabrícia Souza Montenegro  
Monografia (Licenciatura em Pedagogia)

1. Educação inclusiva. 2. Espectro Autista. 3. Processo ensino aprendizagem. I. Muniz, Maristela. II. Montenegro, Fabrícia Souza. III. Universidade Federal da Paraíba. IV. Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias. V. Título.

UFPB/CCHSA/BS

CDU 37 (042)

Elaborado por BRUNA ISABELLE MEDEIROS DE MORAIS - CRB-15/813

Bananeiras 2025

**Inclusão Escolar e o Transtorno do Espectro Autista: desafios à prática docente para o desenvolvimento e interação social das crianças com TEA**

**Resumo**

Este trabalho tem por objetivo analisar os eventuais desafios enfrentados pelos docentes para promoverem a comunicação e a interação social das crianças com TEA no processo ensino aprendizagem. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e que utilizou a aplicação de questionário, a partir do Formulário Google Forms, com seis professoras dos municípios de Sertãozinho e Serraria para constituição dos dados. Para referencial teórico, utilizaram-se os estudos dedicados à educação inclusiva, como também a legislação que a orienta a exemplo da Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Os resultados da pesquisa demonstram que os professores enfrentam desafios significativos, com a falta de formação continuada, ausência de apoio especializado e limitações estruturais nas escolas. Apesar disso, as docentes demonstraram que utilizam estratégias com o uso de diferentes recursos visuais, rotinas adaptadas para promover a aprendizagem e a inclusão. A pesquisa conclui que a formação continuada e o apoio institucional são fundamentais para garantir práticas pedagógicas inclusivas no atendimento a crianças com o Transtorno do Espectro Autista TEA.

**Palavras-Chave:** Educação Inclusiva. Espectro Autista. Processo ensino aprendizagem.

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	6
2.	FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	8
2.1	CONHECENDO O AUTISMO: UM ESTUDO SOBRE SUA ORIGEM E HISTÓRIA .....	8
2.2	O PAPEL DA ESCOLA NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL .....	10
2.3	FUNDAMENTOS LEGAIS E OS DIREITOS DAS PESSOAS COM TEA .....	12
3.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	14
4.	RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	16
4.1	CONCEPÇÕES DAS DOCENTES SOBRE O ESPECTRO AUTISTA.....	16
4.2	EXPERIÊNCIAS DE PRÁTICA PEDAGÓGICA COM DISCENTES AUTISTAS.....	18
4.3	SUGESTÕES DE MELHORIAS DE PRÁTICAS PEDAGÓGICA FORMAÇÃO DOCENTE .....	21
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	23
6.	REFERÊNCIAS .....	25

## 1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição que se caracteriza por uma síndrome do neurodesenvolvimento, manifestando-se de maneira precoce. Essa condição afeta a comunicação e a interação social da criança, apresentando padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades. O tema tem ganhado cada vez mais destaque nas discussões sobre saúde e educação, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, numa perspectiva inclusiva, o que tem gerado importantes legislações para garantir que, pessoas com deficiência tenham mais oportunidade e seus direitos garantidos. Dentre estas leis, destacamos a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Este trabalho tem como objetivo central analisar os eventuais desafios enfrentados pelos docentes em sua prática pedagógica para promoverem a comunicação e a interação social das crianças com TEA no processo ensino-aprendizagem. E como específicos: Conhecer as concepções sobre o espectro autista, apresentadas pelas docentes da pesquisa; avaliar as experiências pedagógicas das docentes para o desenvolvimento das crianças autistas na sala de aula; identificar as sugestões apresentadas pelas docentes para melhorar o processo de inclusão escolar nas escolas.

Nesse sentido, este trabalho tem como proposta responder a seguinte questão de pesquisa: Quais os eventuais desafios enfrentados pelos docentes no âmbito da prática pedagógica para promoverem a comunicação e a interação social das crianças com TEA no processo ensino-aprendizagem?

A temática desta pesquisa foi sendo gestada a partir de experiências pessoais, mas também acadêmicas, uma das autoras da pesquisa tem convívio com uma criança com características do espectro autista, ainda não diagnosticada oficialmente e que, a criança tem apresentado dificuldades para promover a sua comunicação e interação social. Esta experiência empírica despertou o interesse de saber como é possível contribuir para que essa criança se desenvolva com o apoio pedagógico. Além disso, nas experiências nos estágios e no contato com as escolas, também foi possível verificar as crianças com espectro autista, as dificuldades das pedagogas no âmbito escolar para promoverem o desenvolvimento na comunicação e interação das crianças, o que despertou o interesse pela temática, como objeto de pesquisa.

Trazer para o debate a temática do espectro autista é fundamental no âmbito do Curso de Pedagogia porque a formação docente deve ter como objeto as estratégias para atender a

diversidade de alunos, porque ajuda a promover um ambiente escolar inclusivo, onde todos os estudantes têm a oportunidade de aprender e se desenvolver. Além disso, é importante ampliar o conhecimento sobre as características do autismo para que nós e outras pedagogas em formação, possamos compreender melhor as necessidades e os desafios enfrentados por esses alunos, possibilitando uma prática pedagógica mais empática e preocupada com metodologias que considerem as especificidades dos discentes. Ademais, ampliar as discussões sobre o autismo na academia, pode ajudar a reduzir o preconceito e a desmistificar informações equivocadas sobre o espectro promovendo novas práticas.

Através da análise crítica e reflexiva dos conteúdos apresentados, este trabalho buscou contribuir para o debate sobre a inclusão do autista na sociedade, destacando a necessidade de ações que promovam à qualidade de vida, a autonomia, a participação social e o respeito à diversidade.

Ao analisarmos as diferentes perspectivas e desafios enfrentados por professores no dia a dia, pretendemos identificar as principais dificuldades e as melhores práticas para a formação de professores que atuam com crianças com TEA, com foco em desenvolver habilidades de comunicação e interação social eficazes e adequadas às necessidades específicas desse público.

## 2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

### 2.1 CONHECENDO O AUTISMO: UM ESTUDO SOBRE SUA ORIGEM E HISTÓRIA

O Transtorno do Espectro Autista é uma neurodivergência e que vem caracterizada por dificuldades no processo da fala, dificuldades na interação social do indivíduo, além de comportamentos repetitivos e interesses restritos como também variações na sensibilidade sensorial. Na ótica de Schmidt (2013), menciona:

Os primeiros estudiosos relatam que o interesse inicial da classe médica em descobrir o autismo partiu do psiquiatra Eugene Bleuler que tratou a primeira vez sobre o autismo atribuindo a esquizofrenia no ano de 1916 e 29 anos depois surgiram as primeiras publicações independentes do médico psiquiatra Leo Kanner, no ano de 1943, o qual usou uma expressão semelhante para descrever o comportamento de 11 crianças que tinham comportamentos em comum bastante originais, no ano de 1944 o médico austríaco e pediatra chamado de Hans Asperger também fez estudos sobre a síndrome (Schmidt, 2013. p. 7).

Através dos resultados do estudo feito pelo médico psiquiatra Leo Kanner em 1943, onde foi possível constatar que aquelas 11 crianças que apresentavam o comportamento com alterações divergentes do ambiente e sociedade, era entendido como um fato na época atribuído a falta de afeto dos pais (Klin, 2006).

As pesquisas sobre o autismo avançaram significativamente ao longo dos anos e a maneira de como ele é compreendido, existindo ainda muitos percalços a serem destrinchados, pois a sociedade, até o momento, ainda carece de compreensão sobre o Transtorno do Espectro Autista. Essas observações feitas a partir da metade do século XVI trouxeram vários entendimentos no meio científico acerca do autismo, para que assim, pudéssemos entender melhor sobre as peculiaridades dos indivíduos.

Em 1944, Asperger propôs em seu estudo a definição de um distúrbio que ele denominou Psicopatia Autística, manifestada por transtorno severo na interação social, uso pedante da fala, desajeitamento motor e incidência apenas no sexo masculino. O autor utilizou a descrição de alguns casos clínicos, caracterizando a história familiar, aspectos físicos e comportamentais, desempenho nos testes de inteligência, além de enfatizar a preocupação com a abordagem educacional destes indivíduos.

Ademais, o autismo vem sendo investigado há muitos anos, onde em suas primeiras características foram estudadas por Leo Kanner acerca do que se sabia no decorrer dos anos. Contudo, o autismo foi deixando de ser apenas um conjunto pequeno de características, para um entendimento maior de suas complexidades. Portanto, assim se faz entender sobre as classificações que o autismo veio tendo.

De acordo com a Décima Versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) criada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Entretanto, a classificação do CID-10 já vem sendo usado no Brasil desde os anos de 1993, e traz uma compreensão sobre a condição desse público autista diagnosticando assim o público que tenha transtornos mentais.

Para Guedes, (2021) o Transtorno do Espectro Autista:

Trata-se de um transtorno que afeta o neurodesenvolvimento do indivíduo que é acometido e pode ser diagnosticado de forma precoce entre 18 e 24 meses de idade. Nesse sentido estes transtornos podem causar algumas desordens cerebrais que são definidas no CID-10 como: Autismo infantil, Autismo atípico, problemas na fala e na linguagem, assim como nas habilidades escolares, Síndrome de Asperger. Atenção à pessoa com deficiência I: transtornos do espectro do autismo, Síndrome de Down, pessoa idosa com deficiência, pessoa amputada e órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção. Atenção à reabilitação da pessoa com transtornos do espectro do autismo Guedes (2021, p. 39).

Portanto, é importante ressaltar que o autismo compromete o sistema cerebral principalmente na criança que está em processo de desenvolvimento, causando atraso na fala, problemas de aprendizagem, coordenação motora dentre outros fatores.

As crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresentam, de forma persistente, desafios na comunicação e na interação social. Essas dificuldades podem se manifestar de diferentes formas na interação, podem não buscar naturalmente o contato com outros, apresentar dificuldade em compreender as intenções alheias e focar em detalhes em vez do contexto geral.

Na comunicação, as alterações variam desde ausência de fala até a presença de ecolalia, inversão pronominal e compreensão literal da linguagem. Demonstram dificuldades com expressões idiomáticas, metáforas e comunicação indireta, além de potenciais peculiaridades na entonação e no volume da voz. Essas características sublinham a necessidade de abordagens educacionais e de inclusão que considerem suas especificidades, visto que é muito importante que as crianças autistas sejam acolhidas nos espaços que estão, principalmente no espaço escolar, o primeiro lugar de interação social da criança com TEA, tendo em vista que é

necessário que a turma em sala já saiba o que é o autismo numa linguagem simples para que a criança seja acolhida e se sinta aceita de uma forma como tal.

## **2.2 O PAPEL DA ESCOLA NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL**

O processo de inclusão da criança autista nos sistemas educacionais ainda não é um muito simples pois, mediante algumas dificuldades sobrepostas no sistema de ensino como a necessidade de adaptação do currículo como também ter um espaço acolhedor para estas crianças ainda é fundamental para o desenvolvimento destes educandos. Sobre isso temos:

A literatura nacional aponta que a grande maioria dos educadores não se sente preparada para as demandas exigidas pela inclusão escolar, demonstrando que a atuação do professor é fundamental para que a inclusão escolar ocorra de forma satisfatória. Quando se fala em proteção e direitos educacionais das crianças autistas, é importante aferir que a escola inclusiva deve ser aquela que abre espaço para todas as crianças, principalmente aquelas que apresentam alguma necessidade especial. Sendo que ela é um direito do autista e de seus familiares e um dever da escola (Marques, et.al 2022 p. 72).

A inclusão escolar de crianças autistas representa um dos grandes desafios que o professor vem enfrentando na rede regular de ensino, portanto, a formação de professores para trabalhar com alunos autistas exige uma base sólida em diversos campos, incluindo a neurociência do autismo, as teorias do autismo, as abordagens pedagógicas, a psicologia do desenvolvimento, a inclusão e acessibilidade, a ética e legislação, e o desenvolvimento profissional contínuo. É imprescindível compreender como o cérebro autista se desenvolve e funciona, reconhecendo a diversidade do autismo e o potencial de plasticidade cerebral.

As teorias do autismo, como a teoria da mente e as teorias de processamento sensorial e comunicação, ajudam a entender as dificuldades enfrentadas pelos alunos autistas. No entanto, propiciar abordagens pedagógicas centradas no aluno, como ABA, TEACCH e PEI.

Os mesmos utilizados em terapias pelos profissionais que trabalham com crianças que têm o espectro, atendem de forma importante as necessidades individuais de cada aluno.

A psicologia do desenvolvimento auxilia na compreensão das etapas do desenvolvimento infantil e das teorias de aprendizagem, adaptando-as para os alunos autistas. De acordo com a Lei 13.146/2015:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos

e habilidades físicas, sensoriais, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015, art. 27).

Criar um ambiente escolar inclusivo e acessível, garantir a comunicação aberta com pais e profissionais, e manter-se atualizado sobre as pesquisas e as melhores práticas em educação para o autismo são essenciais. A inclusão escolar, depende muito da articulação da comunidade escolar como um todo, de uma equipe empenhada em fortalecer sua prática pedagógica e emocional e também na qualidade de formações na área em específico, incluir depende ter mais práticas de equidade em ambientes sócio educacionais. “Investir nas peculiaridades de cada aluno, atender a todos na escola, incorporar a diversidade sem nenhum tipo de distinção e promover a aprendizagem de todos”. (Pimentel, 2012, p. 144). Portanto o trabalho docente deve abranger os múltiplos caminhos considerando que a criança com deficiência mediada pela ação docente há grandes ganhos significativos em seu desenvolvimento.

É importante ressaltar que toda criança com TEA exige muito cuidado, dedicação e atenção tanto em casa como também no espaço escolar, por mais que os professores utilizem suas práticas pedagógicas nem sempre as crianças com TEA irão ter muito interesse em realizá-las e por isso se torna um desafio propor interação e desenvolver as habilidades cognitivas e emocionais dessas crianças, e por mais que elas sejam frequentes nas escolas promover a inclusão é muito mais que isso é adaptar este lugar para que a crianças possam sentir - se seguras fazendo com que a inclusão possa acontecer mediante um planejamento e cooperação do corpo docente.

A escola se constitui como um recurso fundamental para enriquecer as experiências sociais das crianças com TEA, oportunizando a interação entre pares e contribuindo para o desenvolvimento de novas aprendizagens e comportamentos. Essa interação deveria ser usada em prol do desenvolvimento de T e não ser deixado de lado. É importante ressaltar que estar todos na mesma sala não é sinônimo de interação, é preciso mais que um isso, eles não podem esperar que tal comportamento venha de T, estar ciente das diferenças, particularidades e agir em prol do desenvolvimento da criança, isso é inclusão.

Os estudos relatado por Zanon, Backes e Bosa em 2017, indicam que os pais começam a notar algumas diferenças em suas crianças entre 18 meses a 3 anos tempo esse para se confirmar algum diagnóstico por isso, é necessário e importante a família buscar ajuda para o tratamento precoce, visto que, ajuda o professor em sala de aula a identificar melhor os problemas que afetam a aprendizagem das crianças com TEA compreendendo o aluno de forma única e trabalhando estratégias diferentes que possibilitem seu desenvolvimento cognitivo,

emocional e social, como também é de grande importância as crianças do Espectro iniciarem seu tratamento desde cedo.

### **2.3 FUNDAMENTOS LEGAIS E OS DIREITOS DAS PESSOAS COM TEA**

A implementação de normas que valorizam os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente no Brasil tem avanços significativos como consta na Constituição de 1988 já assegurava isso, ao afirmar que a educação é um direito de todos e um dever do Estado. A Lei nº 9.394/96 (LDB) não ignora essa questão, ao afirmar que a educação para alunos com necessidades especiais deve ser realizada em um sistema escolar inclusivo, com suporte adequado.

Um marco legal para a população com TEA é a Lei nº 12.764/2012, que estabelece a Política Nacional para a proteção dos direitos dessas pessoas, comprometendo-se com a inclusão e o respeito ao autismo. Além disso, documentos internacionais como a Declaração de Salamanca (1994) e a Conferência de Guatemala (1999), mencionados no decreto brasileiro nº 3.956/2001, e o compromisso da ONU (2006) promovem e defendem os direitos humanos e as liberdades fundamentais para indivíduos com deficiência, combatendo a discriminação. O documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), segue orientando os sistemas de ensino para garantir a inclusão escolar dos alunos com alguma Necessidade Educacional Especial.

[...] acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (Brasil, 2008, p. 15).

O Acesso e permanência da pessoa com Necessidade Educacional Especial ao ensino regular é crucial para o processo de inclusão, assim como a aprendizagem e a participação ativa desse sujeito. O direito à educação, é fundamental a todos os sujeitos, é disponibilizado a pessoas com NEE desde a educação infantil até o ensino superior, conduzindo a salas regulares, com direito ao atendimento especializado para então contribuir nessa conquista inclusiva. No

entanto, as pessoas com essa deficiência têm seus direitos garantidos e legais visto que, os programas de inclusão nas escolas e a adaptação do currículo são avanços importantes para se promover um acesso à educação de qualidade. Porém, as implementações das leis sobre o TEA é um processo que deve ser contínuo e que exige esforços para diversas frentes como o aperfeiçoamento da legislação, investimentos em infraestrutura dentre outros, são avanços significativos em seus desafios e que precisam ser enfrentados para garantir direitos às pessoas com autismo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece direitos que são primordiais para acesso e condições de permanência na escola, como também a oferta do atendimento educacional especializado AEE que dispõe suporte necessário para desenvolver sua aprendizagem. (ECA, Lei nº 8.069/90):

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência.

A pessoa que tem deficiência ganha apoio nos seus direitos com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica: diversidade e inclusão, ele passa a assegurar seu direito do Atendimento Educacional Especial (AEE). Este documento compreende que todos os alunos devem estar inclusos neste processo, independente de suas condições sociais, levando em consideração sua especificidade priorizando assim a sala de recursos multifuncionais (SRM), que estabelece como prioridade:

- A obrigatoriedade da matrícula dos alunos, público-alvo da Educação Especial, na escola comum do ensino regular e da oferta do atendimento educacional especializado – AEE.
- A função complementar ou suplementar do atendimento educacional especializado e da Educação Especial, como área responsável pela sua realização.
- A inclusão do AEE no projeto pedagógico da escola da rede regular de ensino.
- As condições para a realização do AEE em centros de atendimento educacional especializado (Brasil, 2013, p.161).

Sendo assim, existe uma seguridade da pessoa com deficiência para com os âmbitos sociais, educacionais e políticas, ganhando força e novas discussões frente a novos debates a serem vistos pela sociedade, atualmente nas escolas já se vê um número elevado de pessoas com autismo convivendo harmonicamente com crianças sem deficiência no ambiente escolar.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada é de abordagem qualitativa, tendo em vista o seu propósito de compreender os eventuais desafios enfrentados por professoras no processo de inclusão de alunos com transtorno do espectro autista (TEA). Uma investigação qualitativa tem o interesse de conhecer os fatos, as experiências e as perspectivas de seus participantes. De acordo com Gil (2002, p.33) a análise da pesquisa qualitativa

(...) depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Podem, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório.

Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como sendo exploratória, que segundo Gil (2002, p.41) tem como “objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito”. É nosso interesse compreender os desafios que permeiam a prática pedagógica inclusiva, especialmente como as professoras buscam desenvolver a interação social e a comunicação dos estudantes autistas. A constituição dos dados foi realizada a partir de um questionário com questões abertas. As professoras se disponibilizaram a responder às perguntas a partir de um Formulário Google Forms, para que estas pudessem participar da investigação, considerando a disponibilidade de tempo.

Foram enviados dez questionários, sendo cinco para docentes de uma Escola Pública da Educação Básica de Sertãozinho/PB e cinco para docentes de uma Escola Pública da Educação Básica de Serraria/PB. Estes municípios foram escolhidos porque são as cidades de origem das pesquisadoras, que tinham o interesse de saber como as professoras relatam suas experiências de sala de aula com os estudantes autistas e como têm contribuído para o desenvolvimento da interação social e comunicação. Dos dez questionários enviados, recebemos seis respondidos, sendo três do município de Serraria e três de Sertãozinho.

Quanto ao perfil das professoras da pesquisa, elas possuem entre 22 e 40 anos. A formação acadêmica predominante é a Licenciatura, sendo Letras e Pedagogia as que se destacam. A monitora da Creche não informou a sua formação. Uma das docentes é graduanda em Administração, apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, em seu Art. 62 definir que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

A Base Nacional Comum Curricular destaca que "o curso de Pedagogia, que é a formação básica exigida para os docentes da educação infantil, deve possibilitar a compreensão do desenvolvimento integral das crianças, considerando aspectos cognitivos, afetivos, sociais e culturais" (BRASIL, 2017, p. 16). A formação docente é uma condição fundamental para uma prática pedagógica inclusiva e os gestores precisam atentar para essa exigência legal e basilar para o sucesso educacional.

Uma questão importante a ponderar é que optamos por preservar a identidade das educadoras e para isto utilizamos nomes inspirados em alguns elementos da natureza. Sendo assim, as participantes foram indicadas da seguinte forma: Professora Cosmos, Professora Flor de Lótus, Professora Sábia, Professora Aurora, Professora Cipó e Professora Brisa. Assim, foram respeitados os princípios éticos desta referida pesquisa, garantindo o anonimato e confidencialidade destas participantes, conforme orienta a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que afirma: "É assegurado aos participantes da pesquisa o direito à confidencialidade das informações pessoais e à privacidade, garantindo-se o anonimato sempre que possível" (Brasil, 2016, art. 14).

Essa ação se encontra em conformidade com os princípios éticos estabelecidos para pesquisas com seres humanos, garantindo a proteção dos dados pessoais como também reforçado pela Declaração de Helsinque: "A privacidade dos indivíduos deve ser respeitada, e as informações identificáveis devem ser protegidas" (World Medical Association, 2013, p. 4).

Ademais, as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordando em participar da investigação para contribuir com os objetivos da investigação.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 CONCEPÇÕES DAS DOCENTES SOBRE O ESPECTRO AUTISTA

Para realizarmos as análises, organizamos os dados em três categorias que foram inspiradas nos objetivos da investigação. Os achados desta pesquisa se deram a partir das respostas das participantes da investigação que relataram suas experiências pedagógicas com estudantes autistas, seus desafios, ações, estratégias adotadas, possíveis conquistas e importância da formação.

Segundo Mendes (2010, p. 45), “o professor enfrenta diversos desafios ao ensinar alunos com TEA, como a falta de formação adequada, escassez de recursos e necessidade de estratégias pedagógicas diferenciadas para garantir a inclusão efetiva”.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido por deficiências contínuas na comunicação e na interação social, além de padrões limitados e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (ASSOCIAÇÃO PSICOLÓGICA AMERICANA, 2014). De acordo com Mantoan (2006), entender a diversidade humana é a primeira etapa para fomentar práticas de ensino inclusivas, particularmente com estudantes com condições particulares, como o Autismo.

Os desafios são evidentes e requerem conhecimento por parte das docentes sobre o Espectro Autista. Assim, tivemos o interesse de saber que concepções as professoras participantes da pesquisa tinham sobre o referido espectro. Conhecer sobre o Autismo contribui para uma prática docente mais efetiva e que corresponda às necessidades e especificidades das crianças.

As professoras demonstram certo conhecimento sobre o espectro autista, que resulta de suas experiências pedagógicas e das observações realizadas em sala de aula. A Professora Cosmos ressalta que as crianças autistas têm “dificuldade de interação social, comportamentos repetitivos, manias, apego excessivo à rotina e sensibilidade sensorial”, sendo estes de fato, sinais importantes do espectro. Por sua vez, a professora Flor de Lótus afirma: “dificuldade de socialização, concentração, comportamentos agressivos, atraso na fala e incômodo com barulhos”, o que ressalta um traço importante do autismo relativo à sensibilidade às manifestações comportamentais e cognitivas do transtorno. A preparação docente precisa ultrapassar o mero conhecimento das características de cada deficiência e voltar-se para o processo de inclusão como um todo, valorizando a alteridade; o docente deve, dessa forma,

atuar “como um agente cultural que está alerta a não ser ele/ela mesmo/a um reprodutor ‘inocente’ e ‘ingênuo’ de fronteiras de exclusão/inclusão” (Skliar, 2001, p. 18).

As demais docentes ressaltaram também as questões relativas à socialização, aprendizagem, comunicação e seletividade alimentar, conforme pode ser observado:

“Comportamentos repetitivos e dificuldade de socialização”, apontando aspectos centrais do diagnóstico” (Professora Sábina)

“É uma condição que afeta o neurodesenvolvimento de pessoas, que pode afetar comportamento, interação social, aprendizagem, comunicação, entre outras coisas (Professora Cipó).

“Dificuldade de interação, seletividade alimentar, ficar sozinho, movimentos repetitivos, focado em si mesmo” (Professora Aurora).

“Estou tendo contatos com autistas em sala de aula apenas há um mês. Tem sido um desafio, mas muito gratificante” (Professora Brisa)

As concepções apresentadas pelas professoras estão em consonância com o espectro autista. Embora elas não tenham apresentado uma concepção conceitual sobre o transtorno, elas apresentam características que podem ajudar a identificar o espectro. Saber as características do autismo é importante, já que para Oliveira (2016), "as práticas educacionais devem levar em conta que o aluno com TEA experimenta o mundo de maneira única, necessitando de ajustes didáticos e emocionais no contexto escolar". Ou seja, é preciso conhecer o espectro para a promoção de uma prática pedagógica que promova desenvolvimento das crianças a partir da sua condição e possibilidades de aprendizagem.

Ao analisar as concepções das docentes sobre o Transtorno do Espectro Autista, fica evidente que há uma construção baseada principalmente nas vivências práticas e observacionais. Essa aproximação com as crianças autistas permite uma compreensão sensível de suas necessidades e comportamentos, mas reforça também a necessidade de formação teórica sólida que aprofunde essas percepções. Consideramos fundamental que o conhecimento do espectro vá além da observação empírica, incorporando os avanços científicos e pedagógicos que permitam uma atuação mais assertiva e personalizada junto a esses estudantes.

Além disso, percebemos que, embora os docentes demonstrem preocupação e interesse em entender o autismo, muitas vezes lhes falta um suporte institucional que incentive a busca pelo aprofundamento teórico. O preparo docente envolve, portanto, uma formação crítica e dialógica, aberta às novas possibilidades de ação que não se restrinja somente aos aspectos teóricos, mas que considere também todas as práticas executadas no ambiente escolar (Skliar,

2006). Assim, os professores estariam não apenas mais preparados para acolher, mas também para potencializar as capacidades dos alunos com TEA, favorecendo uma inclusão escolar verdadeiramente significativa.

#### **4.2 EXPERIÊNCIAS DE PRÁTICA PEDAGÓGICA COM DISCENTES AUTISTAS**

A rotina pedagógica diária expõe tanto os obstáculos quanto as oportunidades da inclusão. A Professora Cosmos comenta sobre a importância do “acolhimento e respeito individuais dos alunos”, enfatizando um ambiente de empatia e consideração. Por sua vez, a Professora Flor de Lótus menciona a “ausência de apoio especializado”, o que evidencia sua decepção com uma estrutura escolar que carece de recursos adequados. É notório o quanto as professoras demonstram uma dedicação em seu trabalho desempenhando esforços para que seus alunos consolidem a aprendizagem, porém a falta de recursos adequados continua a ser um empecilho para fortalecer essa aprendizagem. Permanecendo assim um desafio a ser vencido pela educação principalmente para as crianças com necessidades educacionais especiais.

Já a professora Cipó, conforme indicação do seu perfil, está no início da sua carreira e relata que “se sente insegura, pois não há suporte suficiente.” Esta fala aponta certa fragilidade, inquietação por parte da docente diante da realidade de ser professora de criança com TEA, em função da ausência de suporte pedagógico para lidar com os desafios correspondentes. Esta carência afeta diretamente a qualidade do ensino, a sobrecarga dos docentes na atuação em sala de aula, o sentimento de impotência profissional, mas sobretudo impacta na oferta de uma educação inclusiva. Dessa forma, o trabalho colaborativo entre docentes possibilita o enriquecimento das formas de pensar, agir e solucionar problemas, contribuindo para o êxito das práticas pedagógicas inclusivas (Damiani, 2008) É fundamental pensar na atuação de uma Equipe multidisciplinar para apoiar o trabalho pedagógico. Alguns profissionais são essenciais para uma prática inclusiva, como os profissionais que trabalham no Atendimento Educacional Especializado (AEE), porque este espaço contribui para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que são adaptativas para o desenvolvimento de crianças com TEA. O psicopedagogo é aquele que pode contribuir na identificação de dificuldades de aprendizagem oferecendo um suporte maior para essas crianças. Assistente ou cuidador escolar o que acompanha o aluno com essa deficiência e que ajuda nas atividades básicas na escola.

Insta ressaltar que estes profissionais não substituem o papel do professor, mas o apoio multiprofissional promove uma abordagem mais integrativa, o que favorece o desenvolvimento

e as aprendizagens das crianças com TEA. Os municípios de Sertãozinho e Serraria já oferecem esses profissionais para o tratamento necessário para o desenvolvimento da criança com TEA tornando a inclusão essencial e mais efetiva

Professora Aurora destaca que aplica "abordagens adaptadas e atividades recreativas", enquanto a Professora Cipó menciona que utiliza "sistemas visuais, instruções simples e a necessidade de garantir a previsibilidade nas atividades". As práticas destas educadoras mostram, que apesar dos desafios algumas práticas se mostram inclusivas mesmo diante dos desafios estruturais e da falta de formação especializada sobre a inclusão e desenvolvimento das crianças com TEA no processo ensino aprendizagem, é possível focar em métodos inclusivos a partir do compromisso educacional de desenvolver a aprendizagem dos alunos. A utilização de ludicidade e métodos adaptativos cria um ambiente acessível, acolhedor, facilitando a aprendizagem comunicativa, interativa e cognitiva deixando o aprendizado natural e prazeroso. Essas táticas estão alinhadas com os princípios da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que promove métodos de ensino que atendem às particularidades de cada estudante.

A Professora Brisa menciona que “a observação cotidiana do comportamento e a consideração pelo ritmo da criança são essenciais para o estabelecimento de laços”, o que se conecta diretamente ao que Oliveira (2016) defende ao enfatizar a relevância de uma escuta atenta por parte dos educadores. A prática desta professora reforça a importância de uma escuta atenciosa e respeito às individualidades de crianças autistas evidentemente são crianças de uma grande sensibilidade, portanto, a escuta não se limita apenas ao ouvir, mas sim o de perceber seus gestos, expressões, valorizar suas singularidades, promover vínculos afetivos que proporcionem momentos de aprendizagem. Por isso, o olhar atento e a escuta sensível da professora Brisa e respaldados por Oliveira (2016) são fundamentais para formação de vínculos, construção de relações de confiança, o que favorece tanto o desenvolvimento pedagógico como também o emocional.

As experiências relatadas pelas docentes mostram um compromisso genuíno em promover a aprendizagem de alunos com TEA, mesmo diante de grandes limitações estruturais e formativas. No entanto, percebemos que, em muitos casos, as professoras acabam assumindo sozinhas as responsabilidades que deveriam ser compartilhadas com toda a comunidade escolar. A inclusão efetiva exige mais do que boa vontade: precisa de condições materiais, apoio técnico especializado e políticas públicas que assegurem recursos adequados para cada realidade escolar.

Outro ponto que merece atenção é o papel da criatividade e da adaptação espontânea nas práticas inclusivas. Vygotsky menciona que:

[...] o intelecto não é precisamente a reunião de determinado número de capacidades gerais – observação, atenção, memória, juízo, etc. – mas sim a soma de muitas capacidades diferentes, cada uma das quais em certa medida, independente das outras. Portanto, cada uma tem que ser desenvolvida independentemente, mediante um exercício adequado. A tarefa do docente consiste em desenvolver não uma única capacidade de pensar, mas muitas capacidades particulares de pensar em campos diferentes. (Vygotsky, 1929- 1944/2016, p. 111).

Valorizar o esforço das professoras que buscam adaptar suas metodologias e criar vínculos afetivos com os alunos, por entender que essa ação precisa ser sistematizada e institucionalizada. Ou seja, as escolas precisam planejar e implementar projetos pedagógicos inclusivos de forma organizada e contínua, com apoio de especialistas, para que essas práticas não dependam apenas da iniciativa individual dos docentes, mas sejam parte do funcionamento e da cultura de toda a instituição.

### 4.3 SUGESTÕES DE MELHORIAS DE PRÁTICAS PEDAGÓGICA FORMAÇÃO DOCENTE

Conforme já indicado em outro momento do texto, o autismo é um espectro que pode afetar a comunicação, a interação social e o comportamento. Por sua vez, como um direito das crianças autistas, elas frequentam as escolas regulares e isso exige que as instituições disponibilizem os recursos humanos e pedagógicos necessários ao seu atendimento.

Nesse sentido, perguntamos às docentes participantes da investigação, o que para elas iria melhorar a qualidade da prática pedagógica que desenvolviam, com vistas às aprendizagens das crianças. A professora Flor de Lótus menciona que a “Formação continuada na área de educação especial” ajudaria a melhorar a prática de ensino. A professora Sabiá mencionou a “A necessidade de cuidadores em todas as salas de aula que tivessem crianças autistas, já facilitaria muito o trabalho dos professores.”

As duas docentes ressaltam questões importantes que implicaram positivamente na prática pedagógica das professoras que possuem crianças autistas em sala de aula, a saber: a formação continuada e a presença de apoiadores. De fato, as sugestões são fundamentais para uma prática pedagógica que corresponda mais efetivamente às necessidades das crianças com TEA. A presença do apoiador é sem dúvida uma necessidade, considerando o número de crianças em sala de aula e a diversidade que lhe é inerente, esse profissional seria um aliado ao docente, mas também à criança que precisa desse apoio mais personalizado.

Sobre a questão da formação continuada, que foi sugerida por praticamente todas as docentes, a professora Cipó (5) acrescenta que os cursos poderiam “mostrar na prática como lidar com essas crianças”, chamando a atenção para a necessidade de um equilíbrio maior entre teoria e prática. Também reforçou a importância dos apoiadores e de uma sala de atendimento especializado, ao afirmar que “[...] ajudaria muito a presença dos cuidadores disponíveis para auxiliar com a demanda e uma sala de aula especial para que eles possam aprender da melhor forma.”

As sugestões acima são semelhantes, apesar de resultarem de experiências pessoais das docentes. A professora Brisa também cita a formação continuada como algo que contribui para uma prática pedagógica inclusiva ao afirmar que: “melhores formações para professores, para conhecer melhor o espectro autista e tenham orientação e treinamento.” A mesma entrevistada menciona sobre a falta de suporte didático básico que passa pelos recursos, mas também o apoio dos responsáveis e de outros profissionais conforme fala a

seguir: “Faltam materiais didáticos adaptativos, atividades inclusivas, colaboração com famílias e profissionais”. As falas das professoras sinalizam que elas enfrentam dificuldades para realizar uma prática pedagógica inclusiva. Elas apontam a necessidade dessa corresponsabilidade entre escola, família e comunidade e que também é defendida por Mantoan (2006), ao enfatizar que “a inclusão escolar de alunos com deficiência só se concretiza quando há corresponsabilidade entre escola, família e comunidade, reconhecendo que todas as crianças são capazes de aprender”.

As sugestões apresentadas são pertinentes e refletem uma realidade que não pode mais ser ignorada: a necessidade urgente de formação continuada e de maior suporte no ambiente escolar. É indispensável que as formações ofertadas aos professores sejam práticas e contextualizadas, abordando diretamente as estratégias de ensino-aprendizagem mais eficazes para o público autista. Assim será possível minimizar a insegurança docente e ampliar as possibilidades de sucesso escolar para os estudantes com TEA.

Consideramos também que a estrutura física e organizacional das escolas precisa ser revista para que a inclusão não seja apenas um discurso, mas uma prática diária. Ter materiais adaptados, contar com profissionais de apoio e construir espaços de acolhimento emocional são fatores essenciais para que os alunos autistas possam se desenvolver plenamente. Por isso, defendemos que além da formação dos professores, é necessário um investimento em políticas educacionais inclusivas, que garantam recursos humanos e materiais, reconhecendo a diversidade como parte da riqueza do ambiente escolar.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos compreender os possíveis desafios enfrentados pelos professores no processo de ensino e aprendizagem de crianças com o transtorno do espectro autista (TEA). Através da pesquisa realizada, foi possível observar que apesar dos avanços nas políticas públicas que são significativas para assegurar os direitos das crianças com TEA, ainda existem percalços para serem superados.

Muitos profissionais se deparam com o desafio de incluir crianças com TEA em suas turmas sem o devido preparo teórico e prático, o que compromete a qualidade do atendimento educacional e como consequência um baixo rendimento no desenvolvimento de crianças autistas.

As respostas das professoras ao questionário indicaram que, apesar de terem certo conhecimento sobre as características do TEA, existem limitações sobre sua compreensão mais clara do transtorno, o que impacta suas práticas de ensino. Isso evidencia a importância de uma formação contínua, conforme estipulado na BNCC, que menciona que "o curso de Pedagogia, que é a formação básica exigida para os educadores da educação infantil, deve permitir a compreensão do desenvolvimento integral das crianças, levando em conta os aspectos cognitivos, afetivos, sociais e culturais" (BRASIL, 2017, p. 16).

Além disso, a pesquisa revelou que o apoio da escola é crucial para o processo de inclusão. Muitas professoras destacam a falta de apoio especializado e recursos adequados como desafios significativos em seu dia a dia. A colaboração próxima entre escola e família também foi apontada como uma estratégia essencial para promover o desenvolvimento de crianças com TEA. Essa corresponsabilidade é fundamental para garantir que crianças autistas se sintam acolhidas e tenham as melhores oportunidades de aprendizado. Como afirmado por Mantoan (2006), a inclusão escolar de alunos com deficiência só se concretiza quando há parceria entre escola, família e comunidade, reconhecendo que todas as crianças são capazes de aprender.

Ademais, é indispensável que a escola disponibilize materiais pedagógicos e lúdicos que favoreçam de fato a aprendizagem e a interação social, já que também é papel da escola promover vínculos, socialização e desenvolvimento de competências sociais nas crianças.

Embora a pesquisa tenha enfrentado o desafio de obter uma participação maior das professoras de Serraria e Sertãozinho, ela abre caminho para futuras investigações, principalmente sobre a eficácia dos cursos de formação continuada e a aplicação de

metodologias inovadoras para o atendimento de crianças com TEA. Espera-se que pesquisas futuras possam aprofundar esses temas, contribuindo para uma melhor formação dos professores e para a criação de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo, onde todas as crianças, independentemente de suas necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade.

## 6. REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <https://archive.org/details/APA-DSM-5>. Acesso em: 16 abr. 2025.

ANDRADE, Miriam de; GONZALEZ, Daniela Pereira. "**Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil: um relato de caso**". IN: Autismo: avanços e desafios. Científica digital: São Paulo, 2021, p. 234-235. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/210906216.pdf>

ASPERGER, H. (2015). Os 'psicopatas autistas' na idade infantil (Parte 3). **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, 18(4), 704– 727. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/Vvd3jv9pyBFxMPHHJTrbNvH/?lang=pt>. Acesso em 03.mai.2025.

BOSA, C. A. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v.28, p.47-53. 2006.SCHMIDT, C., et al. Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. *Psicol. teor. prá.*, São Paulo, v.18, n.1, p.222-235, abr., 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 17 abr. 2025.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica: diversidade e inclusão**. Brasília, DF. 2013.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069/90. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015 – INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA)**. BRASIL, 2015, **Lei n ° .13.146**, de. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm) Acesso em: 11/03/2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 27 de dezembro de 2012. Brasília: Planalto, 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) Acesso em: 11/03/2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em 12/04/2025

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em 06/05/2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Conselho Nacional de Saúde**. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44–46, 24 maio 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducuespecial.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2025

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 249, p. 2, 28 dez. 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em: 16 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/educacaobasica/bncc>. Acesso em: 16 abr. 2025.

CAMARGO, S. P. H; SILVA, G. L; CRESPO, R. O; OLIVEIRA, C. R; MAGALHÃES, S. L. Desafios no Processo de Escolarização de Crianças com Autismo no Contexto Inclusivo: Diretrizes para Formação Continuada na Perspectiva dos Professores. **EDUR. Educação em Revista**. 2020. COOPER, J.O; HERON, T.E; HEWARD, W.L. Applied Behavior Analysis. 3.ed. Hoboken: Pearson, 2020.

Damiani, M. F. (2008). **Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios**. Educar, 31, 213-230.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em: <https://www.atlas.com.br/produto/como-elaborar-projetos-de-pesquisa-104293/>. Acesso em: 10 abr. 2025

GUEDES, T. A. L. **Instrumentos de uso livre para rastreamento/triagem e classificação de Transtorno do Espectro do Autismo**. In: UNIVERSIDADE ABERTA DO SUS; UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. (orgs.). Atenção à pessoa com deficiência I: transtornos do espectro do autismo, Síndrome de Down, pessoa idosa com deficiência, pessoa amputada e órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção. Atenção à reabilitação da pessoa com transtornos do espectro do autismo. São Luís: UNA / SUSUFMA, 2021.

GOMES, A. M. C.; SANTOS, N. **Dos direitos à educação das crianças com transtornos do espectro autista (TEA) no direito brasileiro**. Novos Direitos, vol. 6, n. 1, 2019.

MARCUS, L. M.; SCHOPLER, E. Programa **TEACCH: uma abordagem educativa para o autismo**. In: ASSUMPÇÃO Jr., F. B.; KUCZINSKI, E. (org.). *Autismo e desenvolvimento*. São Paulo: Memnon, 2005. p. 121–136.

MARQUES, Agílio Tomaz; LUCENA, Brunno Alves de; ARAUJO, João Marcos

Batista Gomes de; MASCARENHAS, Yraguacyara Santos (organizadores). **Autismo & Inclusão: Enfoque Multidisciplinar**. Boa Vista: Editora IOLE, 2022, 101 p

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Educação inclusiva: construindo sistemas educacionais inclusivos**. São Carlos: EDUFSCar, 2010. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-154738/educacao-inclusiva>. Acesso em: 11 abr. 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria%20Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf). Acesso em: 16 abr. 2025.

NUNES, Débora Regina de Paula; AZEVEDO, Mariana Queiroz Orrico de; SCHMIDT, Carlo. Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, p. 557- 572, nov. 2013. ISSN 1984-686X. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/10178>. Acesso em: 10 de out. de 2016

OLIVEIRA, Vera Lúcia Orlandi de. **Transtorno do Espectro Autista: práticas pedagógicas e inclusão escolar**. Curitiba: Appris, 2016.

Pimentel, S. C. (2012). **Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos**. In: Miranda, T. G., & Galvão Filho, T. A. (Orgs.). *O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares* (pp. 139-158). Salvador: EDUFBA.

SCHMIDT, C. (org.). **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas: Papirus, 2013 Pág. 7.

SKLIAR, C. (2006). **A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”**. In: Rodrigues, D. (Org.). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva* (pp. 15-34). São Paulo: Summus.

SKLIAR, C. (2001). **Seis perguntas sobre a questão da inclusão ou de como acabar de uma vez por todas com as velhas - e novas - fronteiras em educação!** *Pro-Posições*, 12(35- 36),11-21.

SOUZA, L. P. N. “Diagnóstico Diferencial entre Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Distúrbio Específico de Linguagem (DEL)”. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, vol. 7, n. 7, 2021.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: Editora WVA, 1997.

Vygotsky, L. S. (2016). **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar**. In: Vygotsky, L. S., Luria, A. R., & Leontiev, A. R. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem (pp. 103-118). 14. ed. (M. P. Villalobos, Trad.). São Paulo: Ícone. (Trabalho original publicado em 1929-1944).

WORLD MEDICAL ASSOCIATION. **Declaração de Helsinque da Associação Médica Mundial – Princípios Éticos para Pesquisas Médicas Envolvendo Seres Humanos**. Fortaleza, 2013. Disponível em:  
<https://www.wma.net/wp-content/uploads/2016/11/DoH-Oct2013-Portuguese.pdf>.  
Acesso em: 11 abr. 2025.

ZANON, R.B; BACKES,B; BOSA, C.A. **Diagnóstico do autismo**: relação entre fatores contextuais, familiares e da criança. *Psicologia: Teoria e Prática*, vol. 19, núm. 1, enero-abril, 2017, pp. 152-163 Universidade Presbiteriana Mackenzie São Paulo, Brasil.